



EDUCAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO PELA DEFESA DA LAICIDADE DO ESTADO

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4002

Ana Paula Hilgert de Souza, UFGD

Resumo

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tem sua trajetória de elaboração inserida numa conjuntura de redemocratização do país e traz em seu texto princípios básicos para a educação, tais como: liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância. Como objetivo, pretendo discutir como esses três princípios vem sendo negligenciados por concepções político-religiosas através de estratégias políticas de determinados grupos que levantam hoje a bandeira de um ideal propagado como “escola sem partido”. Analiso algumas estratégias políticas baseadas, sobretudo, na obra *Ideologia de gênero: neototalitarismo e a morte da família* (2012), de Jorge Scala. Discuto o modo como a crítica aos conteúdos escolares, demandados também no ensino da história, que versam sobre a identidade de gênero e a sexualidade, está atrelada aos objetivos dos adeptos do MESP - Movimento Escola sem Partido. Conclusivamente, considera-se que “Escola sem Partido” e “Ideologia de gênero” são temáticas da atual pauta política de um grupo específico da sociedade brasileira. Num horizonte epistemológico, a chamada e criticada “doutrinação marxista”, ao se fundirem nas propostas conservadoras dos críticos do discurso sobre gênero passam a compor uma disputa simbólica travada entre a autoridade familiar, fomentada nos moldes de um patriarcalismo versus direito ao saber, ao conhecimento, e ao próprio sistema educacional brasileiro.

Palavras Chave:

Movimento Escola Sem Partido, “ideologia de gênero”, “doutrinação marxista”, ensino de história.

Introdução

É lugar comum entre os estudiosos de gênero ou mesmo simpatizantes do movimento feminista a constatação de que grande parte das pessoas que se posicionam favoráveis ao que foi equivocadamente conhecido como “ideologia de gênero”, não sabem bem como fundamentar seus argumentos em proposições teóricas sólidas. Tais opiniões revelam um modo de ler o mundo ainda retrógrado, em que as concepções de sociedade permanecem fortemente influenciadas pelas noções da religião cristã.

Sob influência da chamada bancada evangélica do parlamento brasileiro, ocorreu a retirada de discussões sobre identidade de gênero e sexualidade nas escolas, temas que apesar de comporem o Plano Nacional de Educação PNE – 2014, foram vetados em 2015. Este fato promoveu naquele ano um intenso debate político no Brasil que permanece na pauta, tanto de educadores, como de movimentos sociais e segmentos políticos. Arelado a estes vetos, encontra-se a negação de uma formação política crítica, por meio do Projeto de Lei 867/15 - “Escola sem partido”, pretendida por determinados agentes políticos e defendida por significativa parcela da sociedade civil.¹

Defendo que este embate é resultado de posições políticas distintas, na medida em que, ao cercear a liberdade de expressão no processo de ensino, utiliza-se de uma cortina da neutralidade que encobre a incansável tentativa de manter os privilégios patriarcalistas decorrentes desde o processo colonizador-civilizatório.

¹ É importante destacar que seguidos deste, inúmeros projetos de lei do tipo “Escola sem partido” que instituíram a nível estadual e municipal, foram criados a partir do ano de 2014.

² Não pretendo apresentar teses novas, mas desnudar a inviabilidade desses projetos a partir

Objetivo

Neste artigo, pretendo fazer uma reflexão que sirva se não como análise crítica² das ideias e intenções desses projetos, como reflexão principalmente sobre a rejeição lançada sobre os estudos de gênero, por ferir, diretamente o direito à igualdade das mulheres e o direito à diversidade.

Resultados

A narrativa que segue apresenta resultados da análise do cruzamento entre o ensino, especialmente o de história com os estudos de gênero. Sendo assim, considera-se que os escritos sobre a educação nacional não podem ser desvinculados de uma sutil observação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada em 1996.

Atenho-me, entretanto, a destacar que a referida lei tem sua trajetória de elaboração inserida numa conjuntura de redemocratização do país. Assim, a LDB traz em seu texto onze princípios básicos para a educação, dos quais atendo para três deles: II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância. Esses três princípios vêm sendo negligenciados por concepções político-religiosas através de estratégias políticas de determinados grupos que levantam hoje a bandeira de um ideal propagado como “escola sem partido”³. É válido ressaltar que as expressões diversas de engajamento filosófico-político atuam como manifestação de opiniões e não

de estudos existentes no campo da educação, das relações de gênero e da legislação educacional.

³ Acrescento que a Constituição Federal prevê o direito a filiações partidárias a qualquer cidadão brasileiro.

como imposições⁴, o que resulta, pelo menos, no profícuo debate acerca da natureza política dos homens, noção existente desde a antiguidade clássica.

O filósofo e pedagogo Paulo Freire (1921-1997), expressão da pedagogia crítica, estudado mundialmente, legou uma rica produção teórica que atualmente vem sendo alvo de determinados grupos sócio-políticos, sendo apontado como pai da “doutrinação marxista” nas escolas do Brasil⁵. Qual seria, portanto, o real perigo da teoria de Freire?

A teoria da ação (libertadora) freiriana, vê o processo de ensino como dialógico, que entende o próprio ser (aluno) como comunicação. Freire (2014, p. 173) aponta que negar a intercomunicação é temer a liberdade. Assim, entende-se que refutar uma educação com base no diálogo significa reduzir os alunos a meras coisas, sem sentido na existência.

Atrelada aos objetivos dos adeptos do MESP - Movimento Escola sem Partido, está a crítica aos conteúdos escolares que versam sobre a identidade de gênero e a sexualidade. Assim, considera-se que “Escola sem Partido” e “Ideologia de gênero” são temáticas da atual pauta política de um grupo específico da sociedade brasileira.

Num horizonte epistemológico, a chamada e criticada “doutrinação marxista”, ao se fundirem nas propostas conservadoras dos críticos do discurso sobre gênero, passam a compor uma disputa simbólica travada entre a autoridade familiar, fomentada nos moldes de um patriarcalismo versus direito ao saber, ao conhecimento, e ao próprio sistema educacional brasileiro que tem respaldo na Constituição Federal.

Especificamente no contexto do que foi pejorativamente enunciado no Brasil como “ideologia de gênero”, entende-se que discutir e ensinar relações de gênero na escola, permitindo a reflexão e a intercomunicação, possibilitaria, em primeiro lugar, desconstruir o gênero como uma imposição ideológica e, lançar um olhar que torne possível a compreensão dos papéis atribuídos aos seres ao longo da história.

No último abril, outro episódio que também conflui com interesses anteriores quando houve a retirada dos conceitos de *identidade de gênero* e *sexualidade* do Plano Nacional de Educação, sancionado em 2014, ocorreu nos debates das políticas públicas para a educação nacional. O Ministério da Educação retirou do documento Base Nacional Comum Curricular trechos que visavam promover a igualdade e o direito à diversidade. Em matéria ao site EBC Agência Brasil a jornalista Mariana Tokarnia escreve que *a retirada do termo orientação sexual e das discussões sobre questões de gênero da BNCC era demanda de setores conservadores do Congresso Nacional*. A reação não tardou a chegar, felizmente. Procurarei demonstrar com percepções básicas dos estudos de gênero que tal medida configura-se no cenário educacional como um retrocesso, compartilhando das impressões de Daniel Cara e inúmeros intelectuais e trabalhadores da educação ao inferir que

É injustificável a retirada [do termo orientação sexual e da discussão sobre questões de gênero do plano Nacional de Educação, [PNE]]. A escola tem missão de garantir que na sociedade todos respeitem todas as formas de identidade. Não colocar essa questão na BNCC [Base Nacional Comum Curricular]

⁴ Quero destacar que a sala de aula é um importante espaço que ao serem fomentadas discussões de ordem política, permite aos alunos um ensaio para sua formação crítica e política.

⁵ Ver fotos de protestos realizados em 2015 na ocasião do impeachment da ex-presidente Dilma\

significa que não vão refletir sobre um país que é machista, misógino, homofóbico. É um recuo grave. (CARA, D. 2017, s/p. Apud TOKARNIA, M. 2017, s/p. grifos meus).

Defende-se que a “razão” religiosa não deve sobressair ao direito de se conhecer os conteúdos científicos apresentados pela educação escolar e isso vem, neste momento histórico, cobrar dos intelectuais e dos educadores comprometidos com uma educação democrática, uma marcação de posições nas lutas simbólicas e nas relações de poder travados no campo da política e educação nacionais.

Nota-se que duas vias de pensamento teórico serviram de base aos fundamentos do Movimento Escola sem Partido (MESP): uma delas, a discutida em texto de Luiz Felipe Miguel, defende que os discursos reacionários da ala conservadora na política brasileira provêm da *ideologia ultraliberal libertariana*,⁶ influente nos Estados Unidos que pretende assumir um projeto progressista hegemônico na conjuntura política e social atual.

Na agenda progressista da conjuntura atual da política brasileira, a esfera da vida privada ocupa um papel de destaque. Aliados das concepções neoliberais de redirecionamento das funções do estado no que tange, especialmente à economia nacional, grupos de legisladores com aporte num fundamentalismo religioso que *se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate* (MIGUEL, 2016, p. 593), têm assumido um papel nas políticas públicas em educação que coloca em cheque toda uma

trajetória de conquistas na formação de milhares de crianças e adolescentes. O mesmo autor⁷ entende que o MESP transferiu a discussão acerca da “doutrinação ideológica” *para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças.* (2016, p. 596).

É razoável esclarecer que a expressão “Ideologia de gênero” foi concebida no centro de discursos religiosos num período recente. Em 2012, o uso dessa expressão popularizou-se nos meandros das comunidades cristãs, sobretudo após a publicação, no Brasil, do livro *Ideologia de Gênero: neototalitarismo e a morte da família*, cuja autoria é dada pelo argentino Jorge Scala. É por essa segunda via de pensamento que setores da sociedade civil se apoiam para negar e atacar as temáticas relacionadas aos estudos de gênero, bem como negar a história das mulheres. Essa pejorativa e equivocada noção de ideologia, não reflete a compreensão do que é o gênero, tampouco explica os conhecimentos produzidos por diversas áreas, como antropologia, sociologia, filosofia, entre outras, a respeito dos estudos de gênero.

O livro de Jorge Scala, publicado pela editora Katechesis, é incapaz de perceber a genealogia da palavra “gênero” e tampouco os usos que os estudos acadêmicos fazem dela para diferenciar o sexo biológico, a sexualidade e o gênero. Ao serem percebidos dentro de uma mesma acepção, aí se encontram os principais equívocos do autor. Outra discutível afirmação que Scala faz é a de que a ideologia de gênero é uma *pseudoantropologia feminista*,

⁶ Cf trabalhos de Mayer (2016), Rothbard (2006), Nozick (1974) e Freeman (2002).

⁷ Reproduzo aqui nota de rodapé do texto citado: O website do MESP possui vários textos destinados a atacar o educador. Um deles é ilustrado com uma charge que afirma que seu método transforma “analfabetos inocentes em analfabetos comunistas” (Diniz Filho, s.d.); outro

o acusa de plagiador (Vieira, s.d.). Em debate num canal de televisão, em julho de 2016, o criador do MESP, Miguel Nagib, causou espanto ao dizer que o objetivo do método Paulo Freire é recrutar jovens para o PT, aparentemente desconhecendo o fato de que as principais contribuições do educador pernambucano datam dos anos 1960, isto é, muito antes do surgimento do partido. (MIGUEL, 2016, p. 601)

lamentavelmente se opondo a compreender que diversas áreas do conhecimento possuem sólidos estudos produzidos, principalmente na segunda metade do século XX.

Para ao autor, questionar os papéis atribuídos as mulheres na sociedade não teria como finalidade a reflexão e o conhecimento de como as mulheres foram excluídas e marginalizadas ao longo da história. Ele se apoia exclusivamente na premissa de que esse questionamento, que é legítimo, serviria para as feministas atingirem seu objetivo de promover “uma reengenharia social planetária”. *Essa* nova organização tem na linguagem a força suficiente para produzir uma lavagem cerebral no mundo e dar poder às mulheres que têm como objetivo final construir um novo mundo do gênero (SCALA, 2011, p.62) e este mundo, no campo da política, teria como base um regime totalitário, governado pelas mulheres⁸.

Trata-se, certamente de uma aspiração demasiadamente fantasiosa, que, as intelectuais e as feministas da militância estão longe de idealizar. Jorge Scala, ao ironizar a assertiva de que o gênero é próprio sexo – sem se dar conta da complexidade que os estudos de gênero teorizam – construído socialmente, observa aí o que chamou de *postulado ideológico inicial* (2011, p.54). Mas o autor afirma que isso “equivale a não dizer absolutamente nada; é uma das tantas frases sem sentido, que nada significa (...) [mas] deve significar alguma coisa porque seria impossível que tanto se tenha escrito sobre o nada mais absoluto” (2011, p. 55, grifo meu).

O desarranjo de sua argumentação e as afirmações vagas têm servido de fundamentação teórica aos

setores conservadores contrários ao debate acerca das relações gênero. Frases como “convite a autodestruição”, “opções sexuais desumaniza a pessoa humana”, “destruição da família” “educação para a perversão”, estão sendo propagadas por mídias e congressos religiosos.

Apesar dessas afirmações – detentoras de traços doutrinadores e ideológicos –, o movimento feminista procura, em primeira instância, dar visibilidade e empoderar as mulheres de modo a serem percebidas como sujeitos que não precisam mais de um contrato sexual⁹ para se incluírem na história.

Supor que há doutrinação é também julgar que os estudantes não teriam capacidade para analisar de forma crítica e debater as relações de gênero na escola. No interior da sala de aula, é possível perceber uma diversidade de posicionamentos éticos, políticos e sexuais dos mais diversos. A dinâmica das aulas é fomentada por questões que, muitas vezes, partem dos anseios dos alunos e não do que está nos materiais impressos ou na abordagem dos professores.

Fernando Penna (2017) analisa que para o MESP, as concepções de secularização da educação estão atreladas ao neotecnicismo, averiguando que a desqualificação do professor, acrescida de *estratégias discursivas fascistas* são bastante presente nos discursos produzidos pelos idealizadores do MESP, sobretudo por Miguel Nagib, criador e articulador do referido projeto. Para Penna, o advogado Nagib usa, não em vão, um recorte temporal de 30 anos para atacar o sistema educacional brasileiro: *O recorte não é casual e eles (MESP) insistem nesse recorte em vários momentos: 30 anos, grosso modo, é o período da nossa redemocratização.* (PENNA, 2017, p. 43).

⁸ Tal acepção parece ser, em última análise, uma defesa ao neoliberalismo, que abstém-se da interferência na economia e nos serviços a sociedade, mas, nas palavras de MIGUEL (2016), pretende regular fortemente a vida privada.

⁹ Cf. PATEMAN, Carole. O Contrato Sexual. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Pensar que este grupo aspira uma neutralidade em educação que antecede os últimos trinta anos da política brasileira é crer, indubitavelmente, que se está por defender um projeto que vai além de uma “escola sem partido”, que por trás deste slogan prima por uma consciência ingênua não crítica e não política. Despolitizar a escola equivaleria concordar na produção de seres (alunos e professores) desprovidos de consciência crítica, facilmente manipuláveis.

Os estudos de gênero: (des)caminhos entre produção científica e acesso ao conhecimento

A palavra *Feminismo* vem, nos últimos anos, assumindo um lugar em distintas áreas e campos de estudo, promovendo o acesso aos estudos de gênero, mas também produzindo interpretações confusas e equivocadas sobre o conceito. Assim, é preciso demarcar que feminismo refere-se a uma cadeia de movimentos políticos, a um conjunto de questões filosóficas, como também uma série de conhecimentos teóricos, produzidos em diversas áreas, quais sejam: política, história, direito, filosofia, medicina, sociologia, antropologia. Considerado no plural, a existência de feminismos, mostram para o tempo presente que não é possível negá-los. Assim como não é possível negar a teoria feminista, também não se pode negligenciar o conceito de gênero, sobretudo porque o debate saiu do meio acadêmico e invadiu a sociedade civil, adentrou universidades, centros de pesquisa, internet – principalmente em blogs e redes sociais, mas, sobretudo na disseminação de publicação de pesquisas

sobre feminismos –, escolas, igrejas, entre outros espaços de sociabilidade que são, em geral, espaços autênticos de produção do conhecimento histórico.

Joan Scott, importante teórica do feminismo, assinala que a *história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino* (1989, p.19). Todavia, nessa história, existe toda uma estrutura de pensamento¹⁰ que, para ser compreendida, faz-se necessário teorizar e desenvolver o gênero como uma categoria de análise. Ainda que não seja possível fazê-lo neste texto, devido suas limitações, atendo-me a algumas formulações que possibilitam lançar luz sobre o debate travado atualmente nas políticas educacionais nacionais, permeados por intervenções da sociedade civil e de instituições sociais como a escola e a família.

Para que as ideias expostas a partir de agora tenham alguma coerência, destaco que o pensamento foucaultiano norteia a percepção acerca da sexualidade¹¹, como também do estudo das mulheres, sobretudo naquilo que se refere às *relações de poder*, que permitem o entendimento de uma conjuntura relacional de poder, dispersas em micro relações desiguais em que é possível perceber que o conceito de poder se refere muito mais à existência de *micropoderes* que se relacionam na sociedade do que a ideia de um poder essencialmente repressivo (FOUCAULT, 2011, p. 177).

Tem-se o entendimento de que a história das mulheres situou-se historicamente dentro de contextos de relações hierárquicas de poder. Nesse ponto, voltemos a Scott¹² (1989, p. 21)

¹⁰ A autora escreve em 1989 uma história do movimento feminista e discorre sobre as áreas em que os estudos sobre as mulheres se desenvolveram, destacando o marxismo (feminista), o pós estruturalismo e os estudos acerca do patriarcado.

¹¹ Em *Microfísica do poder*, o filósofo discorre que a partir do século XVIII passa a existir na Europa

uma vigilância sobre os corpos, que objetivou a sexualidade, tornando-se claramente um objeto de preocupação e análise. (2011, p. 146)

¹² A autora avança também ao enfatizar que *a política constrói o gênero e o gênero constrói a política*. Para ela, a política constitui um dos domínios onde o gênero pode ser utilizado para análise histórica. Scott destaca que o gênero foi

para enfatizar que o gênero é um “elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

Esses novos contornos, pretendidos, demonstram a relevância do estudo da história das mulheres, bem como dos papéis reservados a elas na história. Quando os (as) teóricos (as) do gênero afirmaram que os sexos são construções sociais, entendo que essa afirmação versou no sentido de compreendermos que houveram formas diferenciadas de perceber os papéis sociais dos homens e das mulheres ao longo da existência humana. Esses estudiosos não tiveram a pretensão de instaurar uma nova ordem mundial, governada por mulheres sob um baluarte dominante, dogmático, autoritário, como tem sido atacado os estudos das mulheres, do gênero e do feminismo, assim apresentados pela obra de Jorge Scala, discutida no início do texto.

As dicotomias existentes entre categorias como masculino/feminino, sexo/gênero, real/construído, natureza/criação sustentaram historicamente os modos (científicos) europeus e norte-americanos de compreensão do mundo. Nesse sentido, a bióloga e feminista Anne Fausto-Sterling realiza uma crítica a essas dicotomias que adentraram o universo da pesquisa científica de modo que tais imposições passassem a ser vistas como dadas. Essas dicotomias se desdobram em outra: biológico/social ou cultural, o que impede as percepções sobre as interações e as interdependências entre essas categorias, gerando um conhecimento mutilado e simplista.

Ao pensar o sexo e o gênero, Fausto-Sterlin, indica que

Nossos corpos são complexos demais para dar respostas claras sobre a diferença sexual. Quanto mais procuramos uma base física simples para o “sexo” mais clara fica que o “sexo” não é categoria física pura. Aqueles sinais e funções corporais que definimos como masculinos e femininos já vêm misturados em nossas ideias sobre o gênero. (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 19)

Remetendo a à noção de Bio-poder, de Foucault e a padronização e o controle sobre os corpos, com o objetivo de alcançar uma sociedade da normalização, Fausto-Sterling, percebe que “as verdades sobre a sexualidade humana, (...) são um componente das lutas morais, sociais e políticas travadas em nossas culturas e economias”. (FAUSTO-STERLING, 2002, p.21). Desse modo, a autora reforça a ideia de que os exemplos diversos de sexualidade demonstrados em vários sistemas culturais e em vários períodos históricos indicam que não é possível enquadrar a sexualidade humana em escalas produzidas pelo discurso científico.

Donna Haraway (2004, p. 211), também percebe que “conceitos feministas de gênero colocam de modo agudo os problemas da comparação cultural, da tradução linguística e da solidariedade política”. Na acepção dessa autora, o conceito de gênero passou a ser teorizado no contexto dos movimentos de mulheres feministas do pós-segunda guerra mundial. A autora define o gênero como “um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta” (idem). Suas pesquisas indicam como gênero se trata de um conceito polissêmico e contribuíram para inúmeras análises feministas na história, na biologia, na

percebido dentro da política como uma *categoria antitética* e acrescenta que na história política, houve muita resistência à inclusão de materiais ou de questões sobre as mulheres e o gênero. A análise deste texto se vincula com essa preposição

sobretudo porque as políticas educacionais no Brasil vivenciam fervorosamente, como tenho demonstrado, a resistência sobre a temática de gênero no campo educacional.

filosofia e política.

Nessa perspectiva historiográfica sobre o conceito de gênero, é preciso remeter às observações de Joan Scott (1995) que apontou que o gênero, enquanto categoria útil de análise histórica possui um caráter social, cultural, afastando a ideia de naturalização, abordando as relações de poder. Propõe o questionamento dos conceitos dominantes, explicando o gênero através das relações sociais, baseando-se nas diferenças entre os sexos, onde o gênero é visto como uma forma de significar as relações de poder. Apontar e modificar as desigualdades entre homens e mulheres, analisar como as hierarquias de gênero são construídas e legitimadas, pensar a subjetividade, os significados “variáveis e contraditórios” atribuídos à diferença sexual. Assim, é possível indicar que as pesquisas nessa temática buscam versar sobre um saber específico sobre a diferença social, com compreensão crítica, e é nítida a apreensão dos setores conservadores sobre essa intenção.

Outra teórica dos estudos de gênero de substancial importância para a discussão proposta é a professora da UFSC, Joana Maria Pedro, que se debruçou a estudar a história das mulheres e, conseqüentemente, feminismos e relações de gênero, entre outros temas. PEDRO (2011, p. 270) reconhece que o aparato intelectual interdisciplinar que permitiu, historicamente, refletir sobre gênero só foi possível de ser formulado devido às contribuições do feminismo, do movimento de mulheres e do movimento LGBT. Essa autora identifica que os estudos de gênero, incluindo as categorias mulher, mulheres, feminismo, feminilidade, masculinidade e relações de gênero tem se colocado no centro do debate historiográfico, tentando fazer com que essas categorias se tornem comuns para quem pesquisa nesse campo.

Esse esforço, em meu entendimento, tem avançado as bordas das pesquisas acadêmicas e ocupado

pouco a pouco determinados espaços em discussões e fóruns municipais de educação em que se discutem, juntamente com a sociedade civil, os planos educacionais. Uma vez presente em nível local e regional, os discursos conservadores e o poder destes no legislativo tem impedido, sensivelmente, a profusão desses debates no interior da escola. Nesse sentido, vale a reflexão de que a secularização de crenças, fatos e conceitos tem sido cerceada, na medida em que a laicidade do estado encontra-se ameaçada por projetos parlamentares como o Escola sem Partido, também caracterizados como “Lei da Mordada”, bem como a eliminação do termo “orientação sexual” da Base Nacional Comum Curricular e o conceito de gênero do Plano Nacional de Educação, seguido da retirada nos âmbitos estaduais e municipais.

Moura (2016), entende que os PCNs para o ensino fundamental, elaborados entre 1995 e 1997, representaram um avanço no que diz respeito a inserção das discussões de gênero no campo educacional. Entretanto, a autora pondera que essa inserção não se deu na área das Ciências Humanas e Sociais, na qual não há nenhuma inserção sequer na parte dedicada à história, estando inclusa exclusivamente em ciências biológicas por meio das recomendações de temas transversais.

Fernanda Moura afirma ainda que “a palavra gênero apareceu, mas em nenhum momento foi explicada, deixando-a aberta a interpretações várias, inclusive ao entendimento de gênero como um sinônimo de sexo” (p.116). Ela acrescenta que

Nos Parâmetros Curriculares para o ensino médio, a situação é talvez pior: a palavra gênero aparece uma única vez, na seção de História, em uma discussão sobre a cidadania no Brasil. Novamente, surge sem uma explicação do seu significado e

podendo ser substituída por sexo, mantendo-se o sentido do texto. Entretanto, há, ao longo das recomendações, uma preocupação com a “pluralidade de sujeitos” e com as identidades individuais e coletivas, especificamente as de grupos minoritários entendendo as mulheres como um destes grupos. (...) Se o avanço no campo da história das mulheres e da história das relações de gênero não se faz presente nos parâmetros curriculares, também muito pouco se faz nos livros e materiais didáticos. (MOURA, 2016, p. 116)

O ensino de história foi e continua (hoje com mais força) afetado por essa tendência que negligencia as referidas abordagens aqui discutidas, na medida em que essas discussões, ao se alicerçarem sobre bases ideológicas, impedem o avanço das temáticas de gênero no campo educacional, ferindo o direito à diferença, o respeito ao outro, limitam a visão da plena democracia, chegando ao extremo de condená-la.

Considerações Finais

Os estudos de gênero vêm sendo escamoteados por essa expressão conservadora, tornando-se, a partir de determinados discursos, uma ameaça a sociedade, quando, se pretende a percepção de quão plurais (e desiguais) são as sociedades. O contexto educacional não tem escapado a essas incoerências que tendem a negação do espaço escolar como ambiente de compreensão das diferenças sociais, de combate às formas de preconceito, entre suas muitas outras funções.

Uma reflexão bastante simples pode surgir quando os estudiosos e simpatizantes do gênero são vistos como agentes destruidores das famílias tradicionais. A questão que surge dessa

máxima (destruição da família), que se disseminou nos discursos conservadores é a seguinte: Haveria nas escolas um único tipo de família¹³ associadas aos seus alunos? Os alunos de uma escola são todos integrantes de uma família composta de pai, mãe, irmão? Não haveria nas centenas de escolas filhos de mães solteiras, mãe viúvam, casada/amasiada pela segunda vez com filhos agregados de famílias distintas? Além das minorias de famílias homoafetivas, as quais, os estudos de gênero também contribuem para a não negação delas. Se faz oportuna a noção de que a família, instituição incontestavelmente rígida, está, também em constante transformação.

A partir dos estudos de Moura (2016, p.4), entende-se que os projetos do tipo escola sem partido funcionam no campo da educação como “mecanismos de contenção que agem [...] contra os avanços da laicidade do estado e da secularização da cultura”. Assim, tem-se que o temor que se apresenta sobre a educação e em boa medida sobre o ensino de história, é a construção de uma efetiva política de igualdade dos sexos. O que os idealizadores dessas “campanhas” não perceberam é que no gênero não se nega o diferente, mas almeja-se a *igualdade na diferença*. Oportuno se faz para essas considerações finais, recorrer às interlocuções que Corrêa (1995, p 47) faz em texto de referência à formação político pedagógica do professor da educação básica. Vera Corrêa constata que passados dez anos da redemocratização, visto que ela escreve em 1995, as relações entre as forças que atuam sobre a educação são complexas e causam a maioria dos problemas na educação. A autora observa que

O sucesso ou o fracasso de uma proposta educacional se relacionam com forças que fogem a seu alcance. No entanto, essas mesmas forças

¹³ FURLANI, Jimena. Educação Sexual - possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes; HECKEL, Jane Felipe; SILVANA. (Org.).

Corpo, Gênero e Sexualidade – um debate contemporâneo em educação. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2003.

tecem o tipo de sociedade que temos e dentro dela o tipo de escola, o que torna essa questão de grande relevância. Os problemas educacionais não podem ser discutidos buscando-se as suas raízes apenas no campo pedagógico, mas na teia de relações que se estabelecem no campo social mais amplo do contexto histórico-social onde a escola está inserida. (CORRÊA, 1995, p. 48-49).

Daí extrai-se a noção de quão fundamental se faz a produção de reflexões a respeito das potencialidades do professor na construção de uma educação não engessada por propostas políticas unilaterais. Aceitar sem resistência tais propostas representaria estar de acordo com a falência das conquistas viabilizadas através das políticas públicas pós-governos militares. Para tanto, é preciso gladiar diariamente contra o grau de opressão encravado na bandeira do Movimento Escola sem Partido.

Referências

- BRASIL. Presidência da República. Lei 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 20 Dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 10 de julho de 2017.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais –Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, v. 10, 1997b. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>>. Acesso em 13 de julho de 2017.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei 867/2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido” – Apensado ao PL 7180/2014. Brasília: 23 mar. 2015a. (Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1230836&filename=PL+7180/2014>). Acesso em 13 de julho de 2017.
- CAVALCANTE, Paulo; MATTOS, Yllan de. Quem é o doutrinador? Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/289907-1>. Acesso em 13 de julho de 2017.
- CORRÊA, Vera. A formação político pedagógica do professor: desafios da escola básica. Revista ADVIR, n. 5, p. 46-50, abril de 1995. (Associação de Docentes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro).
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2011.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz &Terra, 2014.
- HARAWAY Donna. “Gênero”, para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos PAGU (22), 2004; PP.201-246 (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>) Acesso em: 10 de julho de 2017.
- MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero": Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. Direito e Práxis. Rio de Janeiro, v.7, n.15, 2016. (Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>>) Acesso em: 20 de julho de 2017.
- MOURA, Fernanda Pereira de. “ESCOLA SEM PARTIDO”: Relações entre estado, educação e religião e os impactos no Ensino de História. 2016. 189 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. Revista Topoi, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283. (Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n22/1518-3319-topoi-12-22-00270.pdf>) Acesso em: 30 de junho de 2017.
- PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional *In* FRIGOTTO, Gaudêncio. ESCOLA SEM PARTIDO: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.
- SCALLA, JORGE. Ideologia de gênero: neototalitarismo e a morte da família. São Paulo: Katechesis, 2011.
- SCOTT Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, jul/dez 1995, 20(2):71-99. (Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/7121>) Acesso em: 30 de junho de 2017.
- FAUSTO-STERLING Anne. Dualismos em duelo. Cad. Pagu [online]. 2002, n.17-18, pp. 9-79.

(Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010483332002000100002&script=sci_abstract&tlng=pt).

Acesso em: 30 de junho de 2017.

TOKARNIA, Mariana. MEC retira termo “orientação sexual” da versão final da Base

Curricular. Agência Brasil EBC: Brasília, abril de 2017. (Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular>).

Acesso em: 20 de julho de 2017.